
O que se Passa com as Bibliotecas Portuguesas?

MANUEL VILLAVERDE CABRAL

Instituto de Ciências Sociais

PEDEM-ME os *CADERNOS BAD* um depoimento sobre a situação actual das bibliotecas em Portugal. É com prazer que acedo ao amável convite, mas devo desde já declinar especial competência para o fazer, já que a experiência que adquiri em cinco anos à frente da Biblioteca Nacional e a ligação que mantenho à gestão da pequena biblioteca do meu Instituto só de longe me habilitam a pronunciar-me sobre a situação actual do conjunto das bibliotecas portuguesas.

Em contrapartida, sempre vou dizendo que, salvo algumas excepções de que tenho conhecimento e outras de que eventualmente não me tenha chegado informação, tudo me leva a crer que a situação global não se modificou substancialmente nos últimos dois ou três anos, o que já de si é mau sinal. Mas irei mesmo mais longe: em termos de empenhamento político numa estratégia de construção e dinamização articuladas do

inexistente sistema nacional de bibliotecas, tudo leva a crer que a situação é hoje bem pior do que há poucos anos atrás.

Na verdade, o problema das bibliotecas portuguesas não é complicado. Como tantos outros problemas do país, a criação de um efectivo sistema nacional de bibliotecas é, basicamente, um problema de dinheiro e vontade, isto é, um problema de prioridades. Com efeito, sendo os recursos por definição escassos, se o dinheiro e a vontade existem para investir noutras iniciativas de alcance duvidoso (um exemplo típico na área cultural é o Centro de Belém) e não existem para as bibliotecas, é sem sombra de dúvida porque as prioridades estão erradas.

Na adiantada fase da civilização em que as sociedades modernas se encontram, seria quase absurdo insistir na função absolutamente básica que as colecções públicas de documentos escritos desempenha-

ram e continuam a desempenhar nesse processo civilizacional. Sem falar na insubstituível função reflexiva da escrita e da leitura na produção da própria modernidade, basta recordar aos espíritos mais «economicistas» a estreita correlação positiva que se verifica, internacionalmente, entre um bom sistema de bibliotecas e centros de documentação, por um lado, e a produtividade do sistema económico, por outro. O atraso de Portugal neste domínio, mais do que uma consequência ou um simples correlato do nosso atraso socio-económico, deve ser considerado um dos mais inludíveis indicadores deste último atraso se não mesmo uma causa directa dele.

Em termos de empenhamento político numa estratégia de construção e dinamização articuladas do inexistente sistema nacional de bibliotecas, tudo leva a crer que a situação é hoje bem pior do que há poucos anos atrás.

Foi, de resto, a tomada de consciência destes factos incontrovertidos que inspirou, a partir de 1985-1986, as medidas que começaram a ser empreendidas na Secretaria de Estado da Cultura, com vista à modernização das bibliotecas dela dependentes *maxime*, a Biblioteca Nacional, e à dinamização — pela primeira vez no país — da leitura pública.

É bom registar, desde já, que as iniciativas então tomadas pela SEC nunca tiveram, apesar dos esforços empreendidos, qualquer eco junto dos responsáveis pelo sector chave de todo e qualquer desenvolvimento sustentado do país e, em especial, do seu nível cultural, a saber, o sector educativo.

Sem falar na insubstituível função reflexiva da escrita e da leitura na produção da própria modernidade, basta recordar aos espíritos mais «economicistas» a estreita correlação positiva que se verifica, internacionalmente, entre um bom sistema de bibliotecas e centros de documentação, por um lado, e a produtividade do sistema económico, por outro.

Com efeito, é óbvio que a criação de hábitos de leitura e a sua sustentação através da leitura pública passam, antes de mais, pelo sistema educativo. Ora, se o estado das bibliotecas eruditas e das bibliotecas públicas é aquilo que se sabe (e os técnicos de BAD sabem-no melhor do que ninguém), as carências das bibliotecas universitárias e escolares são, porventura, maiores ainda e, certamente, estrategicamente mais decisivas. No que diz respeito às gritantes insuficiências das bibliotecas universitárias, a situação portuguesa não é sequer inédita: basta pensar, ressalvadas as proporções,

no terrível balanço feito pelo Conselho Superior das Bibliotecas Francesas acerca dos fundos e do funcionamento das bibliotecas universitárias daquele país.

Só que, em França, o Governo tomou imediatamente medidas para alterar a situação, começando por dotá-las de um reforço orçamental específico e substancial. Em Portugal, nada — rigorosamente nada — foi feito neste âmbito, mesmo quando o Governo foi concretamente instado, no Parlamento, a criar uma verba de emergência para a actualização dos fundos bibliográficos estrangeiros ao dispor da investigação científica e da pesquisa cultural: numa palavra, nem vontade nem dinheiro.

É óbvio que a criação de hábitos de leitura e a sua sustentação através da leitura pública passam, antes de mais, pelo sistema educativo.

É certo que, num país onde 20 por cento da população é oficialmente analfabeta e onde, no mínimo, outros 20 por cento sofrem de «iletrismo», só a familiarização precoce e prolongada das crianças com o livro e a leitura, através das suas bibliotecas escolares, nos permitiria sair, a prazo, do atoleiro onde nos encontramos. Acresce que toda e qualquer política de leitura pública se encontra hoje parcialmente curto-circui-

tada, em Portugal mais ainda do que nos outros países devido aos nossos débeis hábitos de leitura, pelo impacto dos *media* audiovisuais. Nestas circunstâncias, a única opção contra a inércia da procura residia na manipulação positiva e activa da oferta: mais e melhores bibliotecas com mais e melhores livros acessíveis em mais lugares e melhores condições.

Em Portugal, nada — rigorosamente nada — foi feito neste âmbito, mesmo quando o Governo foi concretamente instado, no Parlamento, a criar uma verba de emergência para a actualização dos fundos bibliográficos estrangeiros ao dispor da investigação científica e da pesquisa cultural: numa palavra, nem vontade nem dinheiro.

Genericamente, foram estes os princípios que orientaram o esforço — humano e financeiro — consagrado aos dois principais projectos desencadeados no seio da SEC a partir de 1985-1986, a saber, a informatização da Biblioteca Nacional e o lançamento de uma rede de leitura pública em colaboração com as bibliotecas municipais existentes ou a criar. A coordenação entre os dois programas nunca foi muito eficaz, mas também não era indispensável como o demonstram a experiência francesa ou espanhola.

As tentativas de centralização autoritária, de que a fusão da Biblioteca Nacional com o Instituto Português do Livro e da Leitura numa instituição sem unidade orgânica nem funcional é o exemplo mais recente e caricatural, é que não resolverão com certeza os problemas que a cooperação voluntária não resolveu.

As tentativas de centralização autoritária, de que a fusão da Biblioteca Nacional com o Instituto Português do Livro e da Leitura numa instituição sem unidade orgânica nem funcional é o exemplo mais recente e caricatural, é que não resolverão com certeza os problemas que a cooperação voluntária não resolveu.

A partir de 1988-1989, sugeri pela minha parte, inspirando-me uma vez mais dos exemplos citados acima, a criação de um Conselho Superior das Bibliotecas destinado a «pilotar à distância» uma política integrada de bibliotecas, articulando o escolar com o recreativo, o universitário com o erudito e todos estes níveis com o documental e o informativo, com vista a algo que fosse tomando a forma de um sistema nacional de bibliotecas e informação. Entretanto, porém, começava a faltar a vontade política e, corolariamente, o dinheiro; a menos que fosse o contrário. Daqui que o dito Conselho tenha sido criado tarde e a más horas, não

podendo já cumprir as funções para que fora pensado.

As bibliotecas escolares e universitárias não chegaram, em momento algum de todo este processo, a receber sequer a atenção dos poderes constituídos. O Ministério de Educação devolveu aos estudantes e às famílias a resolução do problema da leitura e da informação, o que é uma forma insidiosa mas eficaz de perpetuar a desordem social vigente.

Antes, porém, como é do conhecimento geral, o projecto de informatização da Biblioteca Nacional ultrapassou rapidamente as necessidades específicas da instituição e dos seus utentes para tomar a forma de uma Base Nacional de Dados Bibliográficos — PORBASE. Sejam quais forem os juízos *a posteriori*, julgo não faltar à verdade se disser que a informatização da Biblioteca Nacional não só colocou uma instituição que se encontrava tecnicamente parada na via da racionalização dos recursos e da modernização dos serviços, como contribuiu para emprestar ao meio ambiente um *élan* até então desconhecido. Em suma, os principais objectivos do projecto tinham sido alcançados quando a base de dados foi aberta ao público em Maio de 1988. Desde então, a PORBASE continuou a crescer ao ritmo possível, que

não o desejável, e quanto ao meio ambiente tudo leva a crer que sofreu o recuo correspondente à falta de dinheiro e de vontade.

Do Conselho Superior das Bibliotecas não virá, presumivelmente, nada de novo, como seria, por exemplo, a indispensável reforma do ensino das ciências documentais.

A mesma alteração, para não dizer regressão, das prioridades da SEC parece ter atingido também o alargamento e a consolidação da Rede de Leitura Pública. Com efeito, para além da sua complexidade e de notórias insuficiências conceptuais, já que é evidente que a Rede de Leitura Pública não se pode limitar à construção de edifícios para as bibliotecas municipais, este projecto dependia, mais ainda do que o da Biblioteca Nacional, da vontade política e, em última instância, do dinheiro posto à sua disposição. A prova, a contrário, está por exemplo no Município de Lisboa, onde rigorosamente nada foi feito para dinamizar a leitura pública. Em conclusão, tanto quanto me é dado saber, e basta atentar na crescente contenção do Orçamento de Estado, nada levar a pensar que a Rede de Leitura Pública, uma vez inauguradas com pompa e circunstância as obras em curso, venha a constituir uma prioridade efectiva da actual equipa dirigente da SEC.

Em suma, limitando-me àquilo que julgo saber, o balanço é deveras sombrio. As bibliotecas escolares e universitárias não chegaram, em momento algum de todo este processo, a receber sequer a atenção dos poderes constituídos. Do mesmo modo que faltam instalações desportivas e laboratórios nas escolas e universidades públicas, para não falar nas privadas, o Ministério de Educação devolveu aos estudantes e às famílias a resolução do problema da leitura e da informação, o que é uma forma insidiosa mas eficaz de perpetuar a desordem social vigente.

Com a invenção do novo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, ter-se-ão poupado alguns tostões, mas sacrificou-se sem dúvida alguma o futuro funcional e cultural de ambas as instituições, uma das quais havia sobrevivido à senha política durante perto de dois séculos.

Entretanto, a PORBASE e a Rede de Leitura Pública perderam o *élan* e caíram sob a alçada da rotina administrativa e financeira. Do Conselho Superior das Bibliotecas não virá, presumivelmente, nada de novo, como seria, por exemplo, a indispensável reforma do ensino das ciências documentais.

Finalmente, com a redução de meios e de efectivos que presidiu à

chamada re-estruturação da SEC, destituiu-se a Biblioteca Nacional da unidade orgânica e funcional que sempre possuíra. Não se trata de uma mera questão de prestígio, mas da total incompreensão do que seja uma Biblioteca Nacional, que não é seguramente uma simples coleção de livros porventura preciosos. Essa incompreensão traduziu-se por um erro colossal que desvirtuou, inelutavelmente, o desempenho das fun-

ções que cabiam à Biblioteca Nacional, em especial junto da comunidade científica. Com a invenção do novo Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, ter-se-ão poupado alguns tostões, mas sacrificou-se sem dúvida alguma o futuro funcional e cultural de ambas as instituições, uma das quais havia sobrevivido à senha política durante perto de dois séculos. É triste demais para comentar!